

Compensação da emissão
de gases do efeito estufa:

POR QUE É UM BOM NEGÓCIO?



Por que é um bom negócio?

Nos últimos anos, os **problemas ambientais** têm se tornado cada vez mais evidentes no mundo todo. Neste cenário, a emissão de gases de efeito estufa é uma das maiores **preocupações mundiais** da atualidade. Com o Brasil não é diferente.

Considerando o tamanho do seu território (**5% da superfície terrestre**), a contribuição brasileira nas emissões globais de GEE é relativamente pequena, mas ainda assim é **um dos maiores** emissores de **gases do planeta**, figurando nos primeiros lugares em todo o mundo.

Toda essa grande preocupação vem acarretando no aumento da conscientização das pessoas frente aos problemas ambientais. Com isso, a procura por **formas de mitigar os impactos** que contribuem com as mudanças do clima tem se tornado uma necessidade cada dia mais recorrente em todo o país.

Assim, a sociedade como um todo precisou tomar atitudes que contribuam com a diminuição das emissões de **Gases causadores do Efeito Estufa (GEE)**, principal fator intensificador do aquecimento global.

O processo de compensação pode se dar de diversas formas, tanto através do **reflorestamento** como através da aquisição de **créditos de descarbonização (CBio)**, ligado ao **RenovaBio**.

O objetivo **CBio**, especificamente, é o de **incentivar empresas produtoras de etanol** a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, proporcionando que as mesmas possam ter uma **compensação financeira** por isso.

Saiba mais sobre esse formato de compensação da emissão de gases do efeito estufa e veja porque essa possibilidade se tornou um excelente negócio para diversas empresas, trazendo benefícios para todos os elos dessa gigantesca cadeia produtiva nacional.

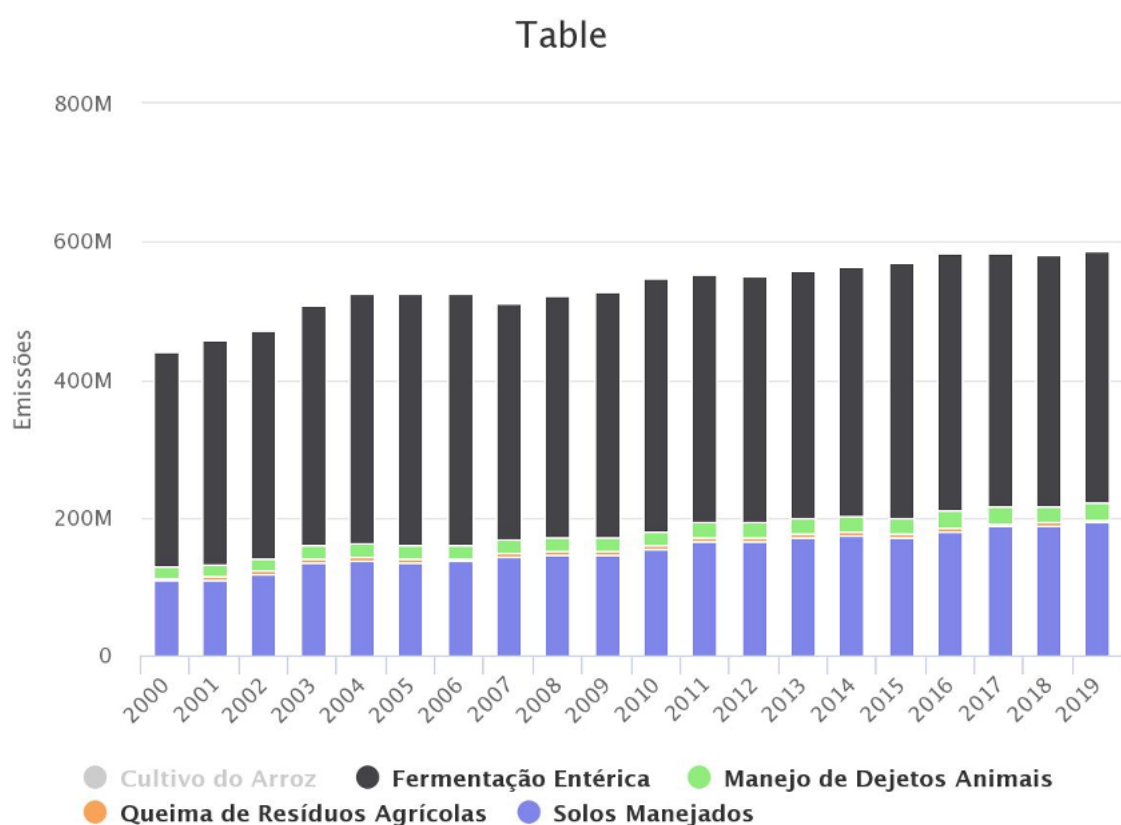
A agropecuária é parte da solução

Como vimos, o **aquecimento global** se configura como um dos principais desafios para a sociedade moderna em todo o planeta, principalmente devido à alta emissão de **gases do efeito estufa (GEE) que cresce a cada ano.**

O Brasil, por exemplo, emitiu **9,6%** a mais de gases de efeito estufa (GEE) em 2019, na comparação com o ano de 2018. A constatação é do **8º relatório do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)**, realizado pelo Observatório do Clima e publicado em novembro de 2020.

De acordo com especialistas, as atividades ligadas à **agropecuária**, incluindo desmatamentos e queimadas para expansão de áreas de cultivo ou pastagens, responderam por **mais de 70% das emissões.**

Segundo o mesmo relatório, os maiores causadores da emissão de gases de efeito estufa provindos da agropecuária, são, respectivamente: **fermentação entérica, solos manejados, manejo de dejetos animais e queima de resíduos agrícolas.**



Mas a **agropecuária** é essencial para guiar a sociedade para, pelo menos uma parte, **da solução**. Prova disso é o plano de agricultura de baixo carbono que já é uma política pública vigente no país.

Essa política vem apontando caminhos inteligentes para se produzir mais com menos emissão de gases estufa ou para, ao menos, **ajudar a compensar parte dessa emissão**.

Uma das maneiras de se compensar as emissões de uma determinada atividade é através da **aquisição de créditos de carbono de mercados regulados e/ou voluntários**, gerados através da implementação de projetos de redução de emissões de GEE em diferentes tipos de organizações.

Neste sentido, **os créditos de descarbonização (CBios)** representam um grande avanço para um mundo ambientalmente mais sustentável. Ele é um ativo **emitido por produtores e importadores** de combustíveis, sendo licenciado através de instituições financeiras, onde cada crédito representa **uma tonelada de CO2 evitado**.



Entendendo o que é o CBio

Com a elevação da preocupação mundial com o meio ambiente surgiram muito projetos para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Dessa forma, questões operacionais, governamentais e econômicas surgiram em todo o mundo.

Provavelmente você já ouviu falar sobre investimentos **ESG (Environmental, Social and Governance, que na sigla em inglês significam ambiental, social e governança)**. Um destes tipos de investimento é o **CBIO, o crédito de descarbonização para a área de combustíveis**.

Para **Adriano Nunes**, co-fundador da **BlockC**, o CBios representa um ativo ambiental que surgiu de um programa de governo chamado Renovabio. “O CBio é caracterizado como um crédito de descarbonização”, diz.

Através desse programa, Nunes explica que toda distribuidora de combustíveis fósseis deve adquirir CBios com o **objetivo de compensar seu volume de combustíveis fósseis distribuído**.

Esse programa de crédito de descarbonização surgiu juntamente com a Política Nacional de Biocombustíveis (**RenovaBio**) com o objetivo de viabilizar as obrigações assumidas pelo Brasil na **Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21)**.

Como um dos esforços para cumprir os compromissos assumidos na COP 21, o **Brasil** estabeleceu metas anuais de **descarbonização para o setor de combustíveis**, com o intuito de aumentar a participação de bioenergia na matriz energética brasileira para aproximadamente **18% até 2030**.

Dessa forma, o CBio se comporta como um **instrumento financeiro negociado na bolsa brasileira** desde o ano 2000 e pode ser emitido por produtores e importadores de biocombustíveis, devidamente certificados pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, com base em suas notas fiscais de compra e venda.



Em contrapartida, os **distribuidores de combustíveis fósseis** possuirão metas anuais de descarbonização calculadas pela ANP, com base na proporção de combustíveis fósseis que comercializam. Nesse sentido, **adquirir CBIOs é a única forma de atingimento destas metas.**

“Um CBio equivale a uma tonelada de carbono equivalente, sendo, portanto, uma referência para compensar uma tonelada de carbono emitido na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis”, complementa o co-fundador da BlockC.

Além disso, a cada ano os distribuidores de combustíveis deverão **solicitar a aposentadoria** de CBIOs de sua titularidade em **quantidade equivalente às metas de descarbonização** que lhe foram estabelecidas.

Como é calculado o CBio?

Como vimos, o CBio está atrelado ao Programa Renovabio, que inclui a Política de Biocombustíveis na Política Energética Nacional. Essa lei conta com **três instrumentos essenciais**:

- **Metas de descarbonização;**
- **Certificação de produção de biocombustíveis;**
- **Crédito de descarbonização (CBIO).**

Dessa forma, muitos especialistas têm a certeza de que o CBio é **patrimônio do agronegócio** brasileiro, com os agentes do setor podendo adotar essa ferramenta do agro para fazer a **mitigação de gases de efeito estufa.**

A **quantidade de créditos** é baseada no **volume de biocombustível** que tenha sido produzido, importado ou comercializado pelo emissor primário. Adriano Nunes explica que os **CBios são calculados de acordo com a eficiência energética de cada produtor.**

“O produtor deve utilizar uma base de cálculo chamada Renovacalc. Nela são inseridos todos os dados que refletem a eficiência de produção e a elegibilidade da origem do insumo (cana de açúcar, por exemplo). Essa eficiência, junto com o volume de biocombustível produzido, determinam a quantidade de CBios que cada produtor pode emitir”.

Essa forma de cálculo até parece complicada, mas não é.

Cada usina certificada recebe uma nota de eficiência, emitida pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**. Isto a partir do chamado **‘ciclo de vida’** da unidade produtora.

Por “**ciclo de vida**” entende-se o **quanto de emissões de gases de efeito-estufa** determinada usina gerou para produzir seu etanol. Esse ciclo vai desde o plantio da cana até a entrega do biocombustível no posto.

Imagine uma usina que usa tratores velhos, com alto consumo de óleo diesel. Ela utiliza muitos agroquímicos, além de tratar mal sua vinhaça. Essa usina, quando **certificada no RenovaBio**, só poderá lançar um CBio a cada quantidade de litros de etanol definidos em sua nota de eficiência atestada pela ANP. Geralmente, uma usina nessa situação precisa de até 1,5 mil litros de etanol para lançar um CBio.

Por outro lado, outra usina utiliza maquinários novos e com manutenção em dia, também controle todos seus processos e tem um uso sustentável de agroquímicos. Neste caso, o baixo uso de diesel no processo produtivo pode lançar um CBio a cada 800 litros.

Como é feito o registro do crédito de descarbonização?

Agora que você já sabe o que é esse tipo de crédito e como é sua base de cálculo, chega a hora de aprender **como funciona o registro da descarbonização**.

Para esse processo cabe à produtora ou importadora de biocombustível **buscar um escriturador** — um banco ou instituição financeira – que terá a função de **emitir o crédito**.

Cabe à instituição financeira ser a responsável por registrar a **emissão do CBIO no ambiente da B3**, a bolsa de valores brasileira. Ademais, o escriturador deve manter os registros de toda a negociação no mercado primário para conferência.

“Por lei, os CBios só podem ser adquiridos em ambiente de bolsa ou balcão. Não se compra, portanto, diretamente do emissor”, complementa o **co-fundador da BlockC**.



“Por lei, os CBios só podem ser adquiridos em ambiente de bolsa ou balcão. Não se compra, portanto, diretamente do emissor”, **complementa o co-fundador da BlockC.**

A **B3** é responsável por disponibilizar o ambiente para emissão, negociação e a aposentadoria do CBio. Assim, após a escrituração e o registro do título, as ações referentes a ele acontecem dentro do **ambiente da bolsa de valores.**

Logo, a plataforma do segmento de balcão que permite os registros e negociações de créditos de carbono é disponibilizada pela B3. Seu papel é essencial para colocar a **estratégia da RenovaBio em prática.**

Os créditos são vendidos pela B3 a um preço que, inicialmente, fora estimado em **US\$ 10**. Porém, o valor está longe de ser alcançado, **chegando a US\$ 6,70** segundo as últimas negociações.

Vale a pena investir em CBio?

Os investimentos em **medidas sustentáveis**, como é o caso do CBio, vêm ganhando destaque em diversos setores ao redor do mundo, principalmente em razão da **conscientização** sobre os impactos das ações humanas nas **mudanças climáticas e na natureza.**

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe um crédito conhecido como **Low Carbon Fuel Standard (LCFS)**. Já a União Europeia conta com o **Renewable Energy Directive (Red).**

Essa tendência é bastante intensa em países desenvolvidos, tendo no Brasil um dos grandes representantes, principalmente com o CBio e alguns métodos de crédito de carbono.

Para **Adriano Nunes** as vantagens ao adquirir CBios são as mesmas de se adquirir um crédito de carbono de qualidade. *“Você utiliza tais créditos para compensar as emissões de gases de efeito estufa, tornando a produção mais sustentável”*, opina.

Mas, segundo o **co-fundador da BlockC** adquirir CBios em especial, pode ajudar à narrativa de uma empresa perante à sociedade. *“Se a fonte de emissões é de combustíveis fósseis, pode-se argumentar que, ao adquirir e aposentar esses CBios, você está compensando dentro do mesmo ciclo em que emitiu”*, complementa.

Além disso, esse é um **bom negócio** porque funciona um mecanismo que mantém emissões dentro de um escopo controlado, distribuindo **incentivos para a redução de emissões** e a busca por fontes menos **carbono-intensivas**.

Para uma empresa, Nunes explica que esse é um bom negócio porque **mostra a responsabilidade da empresa na questão de sustentabilidade**. *“Essa empresa consegue mostrar para mercado, investidores e clientes, que é uma empresa responsável e pensa no desenvolvimento sustentável, ou seja, ela pode crescer sem que isso crie um passivo social ou ambiental”*.

Em suma, com esse programa de descarbonização os biocombustíveis se comportam como estratégicos na **busca pela sustentabilidade**. Isto porque ele prova ao resto do mundo do seu cumprimento de metas na redução de emissão de gases de efeito-estufa.

No entanto, mesmo com todos esses benefícios, no Brasil a tributação alta é considerada um grande entrave para maior popularização do CBio. No entanto, já há movimentações para que o ativo passe a ser de responsabilidade da **CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou B3**, para que possa integrar o portfólio de fundos de investimento.

Dessa forma, em relação aos investimentos, é preciso avaliar os títulos e o mercado para entender se ele se encaixa no perfil e nos objetivos do investidor.

Conclusões

Como foi possível perceber, a **preocupação com a sustentabilidade** cresce a cada ano no ambiente da agropecuária. Dessa forma, o crédito de carbono é uma **possibilidade voltada às práticas de sustentabilidade essencial** quando falamos do ramo de combustíveis.

O CBio, alinhado ao Renovabio, por exemplo, serve como instrumento para auxiliar empresas do setor na conquista de metas e na redução da emissão de CO2 no meio ambiente, **tornando o processo de produção mais sustentável**.

Além disso, o CBio serve como uma **estratégia de empresas** para mostrar que elas têm uma produção mais sustentável, fato esse que **agrada o mercado, investidores, clientes e a sociedade como um todo**.

Referências

RenovaBio: Uma oportunidade para a sustentabilidade e o cultivo responsável

Instituto Totum - Compensação ambiental

SUNO- Crédito de descarbonização: entenda o que é e como funciona o CBIO

B3 - Credito de descarbonizacao Cbio

Energia que fala com você - Já ouviu falar em Cbios

